

COM QUE ROUPA EU VOU? GÊNERO E VESTUÁRIO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ/SC

WHAT SHOULD I DRESS? GENDER AND CLOTHES AT PUBLIC HIGH SCHOOLS IN THE CITY OF ARARANGUÁ/SC

BRUNA MARIA ROQUE¹

RODRIGO DA COSTA LIMA²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma são dispostas às regras quanto ao vestuário nas escolas de ensino médio da rede estadual no município de Araranguá, SC. O estudo busca compreender as formas de diferenciação quanto ao uso do vestuário para ambos os gêneros. A partir de uma abordagem qualitativa, buscamos analisar de que forma se expressam nos documentos institucionais as restrições quanto ao vestuário feminino, dentro de escolas estaduais do ensino médio no município de Araranguá, SC. Tendo em vista identificar se tais restrições baseiam-se no machismo e na dominação de gênero. Utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e do regimento interno escolar, através da análise de conteúdo pretendemos compreender como o machismo e o patriarcalismo ainda estão presentes no espaço escolar. O estudo parte da hipótese de que há diferença de tratamento em relação ao vestuário feminino e masculino dentro de instituições estaduais de ensino médio do município de Araranguá, SC.

Palavras-chave: Gênero, vestuário, dominação masculina, machismo.

Abstract: The present article has the goal to analyze the rules on clothes, inside of public high schools in the city of Araranguá/SC. The study seeks to understand the difference about the use of clothing to both genders. In view of identifying such limitations are based on male chauvinist and gender domain. As of qualitative research, we seek to analyze the institutional documents relation to feminine clothes, within public high schools in the city of Araranguá/SC. We used as methodological procedures the bibliographic researches and documentary analysis of Projects Pedagogical Policy (PPP) and school code of practices, by the content investigation we intend to understand if the male chauvinist and patriarchy are still present at school. The study began that have differences between the public high schools in the city of Araranguá/SC.

Keywords: Gender, clothes, male chauvinist, male domination.

¹Graduanda em Design de Moda no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Araranguá, Santa Catarina, Brasil. E-mail: brunamariaroque@gmail.com.

²Mestre em Sociologia (UFRGS). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Araranguá, Santa Catarina, Brasil. E-mail: rodrigo.lima@ifsc.edu.br.

1. Introdução

O processo de diferenciação do tratamento entre homens e mulheres, apresenta-se desde os primórdios da história e está presente na construção das sociedades ocidentais. Negar tais ideias e comportamentos é desmentir todo o histórico da humanidade (BEAUVOIR, 2009). No qual a desigualdade de gênero constituiu-se para o perdurar de culturas machistas, patriarcais e misóginas.

Tal disparidade é um produto histórico e social, em que um conjunto de ideias pré-estabelecidas sobre questões de gênero resultam em argumentos que servem como justificativa. Segundo Beauvoir (2009, p. 9) “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume na sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino”.

Esse menosprezo para com as minorias persiste nas sociedades contemporâneas, consistindo em um problema social que remete a amplos debates na sociedade. A escola ocupa um espaço importante para esse este tipo de discussão, pois, é umas das instituições sociais nas quais se inicia a convivência social das crianças, a construção da identidade e opinião crítica.

Além dos aspectos sociais da questão, conjuntamente vem o conteúdo histórico, no qual a escola é marcada pela reprodução de comportamentos machistas. Segundo Menezes (2013, p. 152) “a instituição escolar, através de sua organização e do seu cotidiano, também se torna responsável pela naturalização de práticas sociais que subordinam o gênero feminino ao masculino. ” A partir disso, ocorre a perpetuação do ciclo de desigualdade entre os gêneros.

Diversos projetos discutiram a importância de se falar sobre sexualidade e gênero nas escolas brasileiras. O surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), na década de 1990, colaborou para inserir esse tipo de discussão nas instituições de ensino, porém o assunto continua a gerar conflitos (CÉSAR, 2009). Em 2015, o termo *gênero* foi retirado dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. Isso só demonstrou como o assunto permanece na obscuridade e como ainda é negligenciado no ambiente escolar.

Juntamente com ambientes que reproduzem culturas patriarcais e de dominação masculina, há objetos que são meios de controle físico e psicológico. Um dos mais antigos produtos culturais o vestuário, é um dos recursos para o domínio feminino. Beauvoir destaca esta característica social (2009, p. 129) “[...] recusar-lhe instrução e cultura, proibir-lhe tudo o que lhe permitiria desenvolver sua individualidade, impor-lhe vestimentas incômodas, encorajá-la a seguir um

regime anemiante. " Ou seja, histórica e culturalmente o vestuário sempre empregou aspectos de status, poder, porém incluindo aspectos de domínio dos homens sobre as mulheres.

Tendo em vista esses aspectos, apresenta-se o objetivo do presente artigo, que busca evidenciar de que forma são dispostas regras quanto ao vestuário, nas escolas de ensino médio da rede estadual no município de Araranguá, SC. Dessa maneira, procurando salientar qualquer forma de diferenciação quanto às regras de uso do vestuário para ambos os gêneros. Com o propósito de identificar se restrições partem de perspectivas machistas e de dominação de gênero.

Partimos então do pressuposto de que há diferenciação das restrições de vestuários entre os gêneros, isso nas escolas estaduais de ensino médio no município de Araranguá, SC. Assim, utilizamos uma abordagem qualitativa, buscando analisar como expressam-se nos documentos institucionais as restrições do vestuário feminino. Aplicando a análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), regimento interno escolar e também da pesquisa bibliográfica. A partir da análise de conteúdo pretendemos compreender como o patriarcalismo e o machismo encontram-se presentes dentro do ambiente de instituições escolares.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Gênero, patriarcalismo e dominação masculina na sociedade contemporânea

Uma das questões que marcam a história da humanidade é a maneira disforme que são tratados os gêneros. As mulheres sempre empregaram um papel coadjuvante na sociedade. A filósofa francesa Simone de Beauvoir discorre sobre esse assunto em seu livro Segundo Sexo (2009). Em que ressalta como os aspectos históricos contribuíram para a desigualdade entre os gêneros; "A história humana explica-se, segundo eles, por um jogo de elementos determinados. Todos atribuem à mulher o mesmo destino. " (2009, p 63). Um destino onde permanecem as marcas da maneira diferenciada que são tratados os gêneros, que quase sempre se apresenta desfavorável às mulheres.

Dessa maneira, ainda observamos que comportamentos passivos e submissos são condicionados às meninas, que são incentivadas a papéis voltados ao lar, diferentemente dos meninos que são estimulados a comportamentos de domínio, liderança e força (MENEZES, 2013). Sendo assim, as mulheres continuam sendo atribuídas as tarefas consideradas inferiores, justificadas por argumentos socialmente construídos pelas definições de gênero.

Através de uma perspectiva binária, gênero parte da expressão de feminino e masculino, formulação culturalmente estabelecida de diferenciação dos sexos (BENTO, 2011). Para a autora Joan Scott essa definição de gênero pode

ser dividida em duas partes nas quais "(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado de poder" (1990, p 86). Significando que essas definições de gênero partem de características físicas aparentes que servem de embasamento para relações sociais de domínio e poder.

Sendo assim parte-se do pressuposto de que gênero é uma construção social, que se divide entre homem e mulher, a partir das diferenças aparentes entre eles. Servindo dessa maneira como justificativa em relações de poder, político, social, econômico e cultural. E essa condição de "menino/menina", trata-se condicionamentos de comportamentos masculinos e femininos ligados ao órgão genital (BENTO, 2011).

De acordo com Jaggar e Bordo (1997 p.17), "vistos historicamente, o disciplinamento e a normatização do corpo feminino [...] têm de ser reconhecidos como uma estratégia espantosamente durável e flexível de controle social". Demonstrando que a vigilância sobre o corpo feminino é um fator histórico que se conserva na sociedade contemporânea, com a manutenção de posturas patriarcais.

Os desdobramentos do patriarcado perpassam diferentes períodos históricos e ganham novas roupagens que se adaptam aos diferentes tempos. Se pensarmos a sociedade contemporânea, não é difícil perceber os traços patriarcais travestidos de misoginia e heteronormatividade (BORGES, 2013, p.6).

Sendo assim, as culturas patriarcais se mantêm, justificando a misoginia que legitima e respalda esse tipo de postura social, visto que os dois conceitos - misoginia e patriarcalismo - são interdependentes (BORGES, 2013). Isto posto, o patriarcalismo vem como justificativa para posturas machistas e misóginas, essa opressão feminina é legitimada na diferenciação biológica, em que ocorre a manutenção da dominação sistemática masculina, ou seja, o patriarcado (JAGGAR, 1997). Visto isso, o mesmo representa toda dominação advinda de homens sobre mulheres, pelo simples argumento de diferenciações físicas.

O patriarcado se demonstra historicamente não apenas como um sistema de dominação sobre as mulheres, mas também um sistema político e econômico. De acordo com Jaggar (1997, p 39) "patriarcado é tanto um sistema psicológico-ideológico — ou seja, representativo — como um sistema político-econômico. " No qual o mesmo serve como respaldo para manutenção de culturas em que o ser feminino ainda é subjugado socialmente, vítima da dominação masculina, que serve para a legitimidade de atitudes machistas, patriarcais e misóginas.

Por consequência, essas relações de poder dão origem a maneiras distintas de tratamento, que segundo Souza (2016, p. 3845) " desigualdade é resultado de uma diferença de poder, que se traduz em relações de dominação e força, e que surge como uma estratégia de manutenção da hierarquia social, com predominância do masculino sobre o feminino. " Mesmo que de maneira geral a dominação masculina pareça algo

arcaico, ainda se apresenta impregnada nas mais diferentes camadas sociais, e também aparece de forma simbólica e silenciada. O filósofo francês Pierre Bourdieu (2002, p. 6-7) discorre sobre o assunto no seguinte trecho:

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Ou seja, a dominação masculina na atualidade é a manutenção de um costume, no qual a mulher é subjugada, na maioria das vezes, sendo submetida às vontades e desmandos do sexo oposto. Para Moresco (2016, p. 4)

o movimento feminista mantém seu foco na dominação masculina e no patriarcado presente na diferença salarial, na baixa representatividade política, na violência doméstica, na violência contra mulheres [...], além de lutar contra a cultura do estupro e da culpabilização da vítima.

Visto isso, a misoginia e o pensamento heteronormativo são fundamentados em pressupostos patriarcais e de dominação simbólica, nos quais o outro sexo é subjugado, mas acima de tudo também no disfarçado desprezo, inferioridade e humilhação que o mesmo sofre (BORGES, 2013). Assim, de maneira simplificada “o patriarcado é, em seu conjunto, um sistema de dominação”. (JAGGAR, 1997, p. 43).

Contudo, com toda discussão recorrente aos temas abordados - misoginia, machismo, patriarcalismo e dominação masculina – esse tipo de violação de direitos essenciais ainda é velada, ficando nas entrelinhas do dia a dia. Conforme define Salvini (2012, p. 404), “A violência simbólica consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”. Por muitas vezes, inconscientemente não percebemos atos ou ações aos quais somos submetidos ou submetemos. Camuflando tal dominação, que não fica evidenciada, até mesmo aos que a sofrem, que por diversas vezes passam despercebidas (SALVINI, 2012).

Por tal conjunto, a importância da discussão como um todo na sociedade, que por diversas vezes negligencia tal problema. O espaço escolar, inclusive por muitas vezes serve como um vínculo conservador de comportamentos obsoletos, que serve como reproduzidor desse tipo de conduta.

2.2 Vestuário e educação de gênero nas escolas

O campo de pesquisa estabelecido é um reflexo da postura de organizações, como as instituições escolares. Segundo Menezes (2013, p. 149) “é uma das responsáveis pela manutenção dos mecanismos de poder que reproduzem as desigualdades entre meninos e meninas”. Conservando dessa maneira posturas patriarcais, que preservam culturas machistas.

Levando-se em consideração que é nessa fase da vida em que as crianças e adolescentes, em alguns casos, têm seu primeiro contato social, fora da família. Sendo o período de maior influência, além do ambiente familiar, na formação crítica e ética. De acordo com Menezes são esses os ambientes em que ocorre a reprodução de pensamentos patriarcais (2013, p. 145), nos quais é comum que “a mulher siga regras de comportamento naturalizadas pelo sistema patriarcal. Essas regras de comportamento, além de serem ensinadas no âmbito familiar, também aparecem na educação formal escolar. ”

No conjunto de reformas educacionais brasileiras, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s – na metade de 1990 (CÉSAR, 2009,). Esse documento apresenta os principais aspectos e conteúdos que são de responsabilidade escolar. No trecho do documento sobre o ensino médio - PCN - (BRASIL, 2000, p. 59) ressalta-se a responsabilidade da escola:

Espera-se que a escola contribua para a constituição de uma cidadania de qualidade nova, cujo exercício reúna conhecimentos e informações a um protagonismo responsável, para exercer direitos que vão muito além da representação política tradicional: emprego, qualidade de vida, meio ambiente saudável, igualdade entre homens e mulheres, enfim, ideais afirmativos para a vida pessoal e para a convivência.

Reforçando a ideia de que a escola deveria ser um ambiente de cidadania, com princípios de igualdade de gênero, racial e social. Contudo, por muitas vezes ainda é um assunto negligenciado, incluindo a retirada do termo gênero dos documentos oficiais, em 2015.

Moresco discorre sobre (2016, p. 1) “a retirada do termo gênero dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, em 2015, as escolas têm sinalizado o desafio de responder aos questionamentos de alunas e alunos sobre o tradicional modelo de masculino e feminino adotados nesses espaços. ”

O movimento feminista teve papel de grande importância em relação ao combate às diferentes formas de submissão praticadas por homens contra mulheres, conscientizando sobre a forma desigual que são tratados os gêneros. Dessa maneira, é papel da escola contribuir para a diminuição da discriminação contra a mulher, desconstruindo preconceitos atribuídos à dominação masculina de forma natural (MENEZES, 2013). Portanto, a escola é um espaço propício para tais discussões. Alguns tipos de violências, baseiam-se no patriarcado, misoginia e heteronormatividade, havendo a necessidade de serem combatidas e estudadas, nesse sentido, a escola deveria e é um ambiente favorável para cultivar democracia, inclusão, cidadania e solidariedade (BORGES, 2013).

Contudo, a escola se apresenta de outra forma, como um ambiente de reproduções de dominação, que se apresenta, muitas vezes, de forma velada. Bourdieu destaca (2002, p. 135)

Realmente, creio que, se a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira indiscutível [...], o princípio de perpetuação das relações de forças materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas

ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas.

Ou seja, a dominação masculina e o patriarcalismo, ainda se encontram nos mais diferentes lugares, nos lugares onde menos imaginamos e que não percebemos. Juntamente com ambiente de preconceito e desigualdade, a mulher sofre com objetos que são ligados a essas formas de diferenciação. Um desses elementos é o vestuário, que foi historicamente ligado a esses fatos. Beauvoir disserta (2009, p. 664):

A mulher, ao contrário, sabe que quando a olham não a distinguem de sua aparência: ela é julgada, respeitada, desejada através de sua toailete. Suas vestimentas foram primitivamente destinadas a confiná-la na impotência e permaneceram frágeis: as meias rasgam-se, os saltos acalcanham-se, as blusas e os vestidos claros sujam-se, as pregas desfazem-se; entretanto, ela mesma deverá reparar a maior parte dos acidentes; suas semelhantes não a auxiliarão benevolmente e ela terá escrúpulos em sobrecarregar seu orçamento com trabalhos que ela mesma pode executar; as permanentes, as ondulações, a pintura, os vestidos novos já custam bastante caro.

Assim, pode-se perceber que na sociedade a mulher emprega ainda um papel de inferioridade, já que todo ambiente social é programado historicamente para lhe subjugar, menosprezar, humilhar e violentar das mais diferentes formas. “Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade entre as estruturas incorporadas [...], poderá a longo prazo [...] contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina” (BOURDIEU, 2002, p. 136). Dessa maneira ainda temos um longo caminho a trilhar, para que esses tipos de culturas desapareçam, e para que haja igualdade entre os gêneros.

3. Resultados e Discussões

A pesquisa de caráter exploratório parte do pressuposto de que há diferença sobre as restrições do vestuário feminino em relação ao masculino, dentro de instituições de ensino médio da rede estadual, no município de Araranguá, SC. Adotou-se uma abordagem qualitativa na elaboração da pesquisa. A partir do estudo bibliográfico e documental tomamos como documentos os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e os regimentos internos das escolas.

Visto que esses documentos são de grande valia institucional, os mesmos norteiam toda a escola e o trabalho pedagógico feito dentro dela. Trazendo seus valores, deveres e missão, servindo como orientador de todas as atitudes tomadas dentro da instituição. A análise e interpretação tiveram como base a análise de conteúdo feita nesses documentos, através da leitura criteriosa.

O campo de pesquisa definido foram as escolas estaduais de ensino médio do município de Araranguá/SC. Com o objetivo de analisar os documentos das cinco escolas existentes na cidade, sendo elas a Escola de Educação Básica Estadual de Araranguá, Centro, Escola de Educação Básica Professora Maria Garcia Pessi, Cidade Alta, Escola de Educação Básica Neusa Ostetto Cardoso, Polícia Rodoviária, Escola de Educação Básica Bernardino Sena Campos, Coloninha e Escola de Educação Básica Dolvina Leite de Medeiros, Urussanguinha.

Dentre as cinco escolas obtivemos o acesso aos documentos de quatro delas: escola Estadual de Araranguá, escola Maria Garcia Pessi, escola Neusa Ostetto Cardoso e escola Bernardino Sena Campos.

A partir da revisão bibliográfica analisamos discussões transversais sobre gênero dentro das escolas, patriarcado, dominação masculina, feminismo e misoginia.

Diante de tais questões, em que “o modo diferencial com que, no interior de uma mesma cultura, meninos e meninas são criados/as e como idealizações de gênero presidem o tratamento dado a cada criança em uma cultura.” (BRAGA, 2009, p. 3). Compreende-se que em determinado contexto social, o gênero vai interferir nas oportunidades e nas formas de tratamento cujas visões machistas, patriarcais e dominantes servem como justificativas para as mais diversas desigualdades.

Ao analisarmos a presença do debate sobre gênero nos documentos escolares identificamos que em todos eles, a questão de gênero aparece de forma diluída, sendo tratada em conjunto com outras formas de desigualdade, sem uma abordagem específica sobre o tema e sem apresentar medidas e ações específicas para o combate de tal forma de desigualdade.

Podemos tomar como referência o artigo III, do PPP da escola Neusa Ostetto Cardoso que aborda sobre a finalidade de promover “a condenação de qualquer tratamento desigual, por motivo de convicção religiosa, política, bem como qualquer preconceito de classe, raça, gênero, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;” (2018, p. 71). O que revela que a escola tem como compromisso a promoção da igualdade de gênero, mas não aborda a questão em sua especificidade.

Observando então que os mais diversos lugares são meios de manutenção e reprodução deste tipo de visão, as escolas, através de suas práticas e instituições, por muitas vezes reproduzem um ambiente de desigualdades e distinções de gênero, sendo passado para os alunos, que são interiorizadas como verdades (MENEZES, 2013). Sobre a questão do vestuário nas escolas públicas no país é importante referenciar a Lei nº 9.394 (BRASIL, 2007, p.1) que define sobre o uso obrigatório do uniforme:

Art. 1º É instituída a obrigatoriedade de uso de uniformes estudantis padronizados nas escolas públicas de todo o País, para os alunos da educação básica, da pré-escola ao ensino médio, com exceção dos matriculados em cursos de educação de jovens e adultos, sendo o seu uso facultativo, na modalidade de educação indígena.

Com base nos documentos analisados, os Projetos Político Pedagógicos (PPP) e os regimento internos, a expressão majoritariamente utilizada sobre o vestuário no ambiente escolar foi sobre o uso obrigatório do uniforme, visto que no período diurno as quatro escolas exigem o uso obrigatório do uniforme. Na escola Estadual de Araranguá e na Escola Neusa Ostetto Cardoso o uso do uniforme é facultativo no período noturno.

Em um trecho do PPP da escola Estadual de Araranguá aparece a seguinte orientação com relação ao vestuário dos/as estudantes: “Usar roupa adequada e em concordância com o ambiente Escolar nas dependências da Escola.” Analisando esse recorte do texto coloca-se a reflexão sobre o que seria “roupa adequada” e quem definiria os critérios deste tipo de classificação do vestuário dos/as estudantes.

5. Considerações Finais

Em linhas gerais, essa pesquisa procurou analisar como culturas machistas, patriarcais e de dominação masculina, ainda estão presentes na sociedade. Sendo que historicamente a subjugação as mulheres, apresentou-se em diferentes sociedades, nas quais as mesmas desempenharam de maneira geral, papéis inferiores ao gênero oposto.

Compreendemos que o patriarcalismo ainda se faz presente perpassando fronteiras históricas. Servindo, dessa forma, como elemento de legitimidade para a manutenção de pensamentos e atitudes machistas e misóginas, perpetuando a desigualdade de gênero, que se faz presente nas mais diferentes camadas sociais e diversas instituições.

E tal diferenciação parte de concepções sociais, essas que são elaboradas no mesmo meio onde ocorre a reprodução, do tratamento desigual do ser feminino. Portanto a disparidade é justificada nos contextos sociais nos quais a mesma originou-se. Servindo dessa forma como barreira para o fim do ciclo de violência, que em sua maioria é invisibilizada nos meios coletivos.

Por meio desta pesquisa, a partir da análise dos PPP's e regimentos internos, verificou-se que o debate sobre gênero aparece de maneira diluída nesses documentos. Ambos trazem visões de igualdade entre os gêneros, mas de maneira muito superficial. Faltando na sua concepção uma visão mais aprofundada sobre o assunto e a demonstração de políticas que combatam a desigualdade dentro do ambiente escolar.

Com relação ao vestuário nas escolas a partir da análise dos documentos foi possível compreender que o mesmo somente é tratado com a obrigatoriedade do uso do uniforme e que em apenas algumas situações seu uso é facultativo. Não demonstrando explicitamente alguma postura desigual de tratamentos entre os gêneros.

Destacando o aparecimento dos termos "roupas adequadas" em um dos PPP's, porém, sem o esclarecimento do que seria a vestimenta adequada, abrindo margem a constatações arbitrárias sobre o uso do vestuário dentro das instituições.

Outra consideração possível diz respeito ao uso do obrigatório do uniforme e suas possíveis limitações na autonomia e individualidade do discente, visto que a roupa em seu contexto histórico é de repressão.

A pesquisa por seu caráter exploratório limitou-se a análise documental. O que revelou ser insuficiente para analisar de forma mais precisa o objeto de estudo, uma metodologia baseada em entrevistas semi-estruturadas, observação entre outras ferramentas, permitiria uma melhor compreensão de como o uso do vestuário nas escolas pode refletir práticas machistas e de dominação masculina

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado saúde e sabedoria para desenvolver este projeto, sempre imprescindível em todos os aspectos de minha vida. Meus familiares e amigos também foram de extrema importância na construção dessa pesquisa, seu apoio, incentivo e paciência incondicional sempre me fortaleceram.

Meu obrigada também ao IFSC e seu corpo docente, aos quais reconheço e admiro muitíssimo, visto que no decorrer de minha graduação passaram seus ensinamentos com grande destreza. Em especial ao professor Rodrigo Lima, meu orientador que não mediu esforços para me auxiliar no desenvolvimento deste artigo.

Referências

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 809 p. Sérgio Milliet. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-o-segundo-sexo-simone-de-beauvoir-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- BENTO, Berenice. **NA ESCOLA QUE SE APRENDE QUE A DIFERENÇA FAZ A DIFERENÇA**. Revista Estudos Feministas, Santa Catarina, v. 19, p.549-559, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016/19404>>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- BORGES, Zulmira Newlands et al. **Patriarcado, heteronormatividade e misoginia em debate**: pontos e contrapontos para o combate à homofobia nas escolas. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1065/722>>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 73 p. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/18-livros-de-pierre-bourdieu-para-download-gratuito-21-artigos-sobre-sua-obra/>>. Acesso em: 24 out. 2017.
- BRAGA, Adriana. **CORPO, MÍDIA E CULTURA**. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199520330062>>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- BRASIL, Senado Federal. **Programa Nacional de Uniforme Escolar**. 2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=535206>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2018.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Gênero, sexualidade e educação**: notas para uma "Epistemologia". Revista Educar, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155013366004>>. Acesso em: 02 de out. 2017.
- JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. 343 p. (III). BRITTA LEMOS DE FREITAS. Disponível em: <[https://we.riseup.net/assets/127594/versions/1/Jaggar, Alis & Bordo, Susan Gênero, Corpo, Sexualidade.pdf](https://we.riseup.net/assets/127594/versions/1/Jaggar,Alis%26Bordo,SusanG%26rnero,Corpo,Sexualidade.pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2011.
- MENEZES, Meiryelle Paixão. **A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA ESCOLA**. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/viewFile/1710/1501>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MORESCO, Marcielly Cristina. **"VAI TER SHORTINHO, SIM": UM ENSAIO SOBRE BÍOPODER E FEMINISMO POPULAR NA ESCOLA.** 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo18_MARCIELLY-CRISTINA-MORESCO.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SALVINI, Leila; SOUZA, Juliano de; MARCHI JUNIOR, Wanderley. **A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A DOMINAÇÃO MASCULINA NO CAMPO ESPORTIVO:** algumas notas e digressões teóricas. São Paulo: Rev. Bras. Educação. Física. Esporte, v. 26, nov. 2012. Mensal. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n3/06.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017. Leila SALVINI

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995. 20 v. Tomaz Tadeu da Silva. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SOUZA, Luís Paulo Souza e et al. **VIOLÊNCIA DE GÊNERO: O SILÊNCIO E ENFRENTAMENTO VIVIDO PELAS MULHERES À LUZ DA FENOMENOLOGIA SOCIAL.** 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11451>>. Acesso em: 22 set. 2017.